

## Cerúleos e encarnados cavalgam lado a lado: *Ficta veritas est!*<sup>1</sup>

### Cerulean and incarnate ride side by side: *Ficta veritas est!*

#### **Carlos Eduardo Santos Maia**

Doutor em Geografia pelo PPGEU/UFRJ.  
Professor titular no DEGEO/ICH/UFJF e  
permanente no PPGEU/IESA/UFG. E-mail:  
[carlmaia@uol.com.br](mailto:carlmaia@uol.com.br)

#### **Tereza Caroline Lôbo**

Doutora em Geografia pela Universidade  
Federal de Goiás. Professora aposentada -  
SEDUC/GO. Atuou na Universidade Estadual  
de Goiás.  
E-mail: [terezacarolinelobo@gmail.com](mailto:terezacarolinelobo@gmail.com)

#### **João Guilherme da T. Curado**

Doutor em Geografia pela Universidade  
Federal de Goiás (IESA/UFG). SEDUC/GO.  
Atuou na Universidade Estadual de Goiás.  
E-mail: [joaojgguilherme@gmail.com](mailto:joaojgguilherme@gmail.com)

#### **Resumo**

O tema deste artigo são as mudanças ontológicas que o uso de fantasias promove em festas populares, fundindo-se realidade e ficção. Em termos específicos, objetiva-se discutir como isso se realiza nas Cavalhadas de Pirenópolis, implicando em um misto de tradição e ruptura, que se perpetua há dois séculos. O texto baseia-se em parte de tese de doutorado defendida no ano de 2002, com bolsa do CNPq, cujas pesquisas foram desenvolvidas de 1998 a 2001 no PPGEU da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assim, revisitam-se as Cavalhadas 20 anos após o término daquela pesquisa, atualizando-se algumas informações com a ajuda de dois outros pesquisadores sobre o tema. Entrevistas realizadas àquela época foram recuperadas e outras foram feitas no corrente ano, a fim de cumprir tal intento. Nas conclusões, acentuam-se o papel da festa e das fantasias na composição da identidade pirenopolina.

**Palavras-chaves:** Festa Popular. Fantasia. Mouros e Cristãos.

---

<sup>1</sup>Item da tese de doutorado intitulada *Enlaces Geográficos de um Mundo Festivo. Pirenópolis: a tradição cavalheiresca e sua rede organizacional*, de autoria de Carlos Eduardo Santos Maia (2002), com dados, imagens e informações atualizadas com a colaboração de Tereza Caroline Lôbo e João Guilherme da T. Curado.

### **Abstract**

The theme of this article is the ontological changes that the use of costumes promotes in popular festivals, merging reality and fiction. In specific terms, it aims to discuss how this happens in the “Cavalhadas” of Pirenópolis, implying a mixture of tradition and rupture that has been perpetuated for two centuries. The text is based on part of a doctoral thesis defended in 2002, with a CNPq grant, whose research was developed from 1998 to 2001 PPGE0 at PPGE0/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Thus, the “Cavalhadas” are revisited 20 years after the end of that research, updating some information with the help of two other researchers on the subject. Interviews conducted at that time were recovered and others were made this year in order to fulfill such an intention. In the conclusions, the role of the feast and the fantasies in the composition of the “pirenopolina” identity is emphasized.

**Keywords:** Popular Party. Fantasy. Moors and Christians.

### **Introdução**

As festividades das Cavalhadas constituem-se em tradições ibéricas implantadas no Brasil desde o Período Colonial, sendo compostas, geralmente, por jogos equestres e representação dramática. Atualmente, as encenações que ocorrem na cidade de Pirenópolis (estado de Goiás) são as que mais se destacam no território brasileiro tanto pela sua longevidade como pela participação popular (de residentes e turistas nacionais e estrangeiros), ou ainda pelos destaques das fantasias utilizadas por cavaleiros e mascarados, entre outras razões.

Este artigo aborda alguns aspectos referentes às fantasias utilizadas nesta festa por “cavaleiros cristãos e mouros”, contextualizando-se, antes disso, a historicidade das Cavalhadas e de sua introdução como “festa dentro da festa” do

Divino Espírito Santo na referida cidade, já que isto nos orienta na sua interpretação ritualística e nos significados das fantasias utilizadas.

Posteriormente, enfoca-se a rede de sociabilidades dos cavaleiros que alimentam e mantêm a tradição anualmente, modernizando-a quando necessário (como no caso das próprias fantasias), pois, como afirma García Canclini (1998, p. 239), “a reprodução das tradições não exige fechar-se à modernização”, ou seja, “a reelaboração heterodoxa – mas autogestiva – das tradições pode ser fonte simultânea de prosperidade econômica e reafirmação simbólica”.

A seguir, expõem-se determinados elementos semiológicos presentes nas fantasias atuais com as quais se “vestem” cavaleiros, cavalos e campo das cavalhadas (cores, artefatos e signos), as quais conferem a estes corpos humanos, equinos e edificados, “outra identidade”, imbricada nos indivíduos ao longo da Festa do Divino Espírito Santo. Enfim, apresentam-se algumas considerações finais.

## 1. No Império dos fatos e boatos

Cavalhadas, em um sentido amplo, podem ser definidas como desfiles, corridas e jogos a cavalo (justas e torneios). Cascudo (1979, p. 207) adverte que a sua realização, embora seja um “costume lusitano”<sup>2</sup>, tem origem “imemorial”, visto que, de acordo com o referido autor, desde a antiguidade romana, essas festas tornaram-se essenciais em “procissões cívicas, triunfos e mesmo festividades sacras”. Este folclorista, em outra obra, associa as Cavalhadas ao “Ciclo do Gado”, mais especificamente com as “Vaquejadas e Apartações”, e comenta:

Em S. Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, “corria-se” o touro, com farpas ou aguilhão. Assim, Saint-Hilaire viu no Rio Grande do Sul, La Barbinais na Baía, o Príncipe de Wied-Neuwied nas fronteiras baianas-mineiras. A “cavalhada” paulista e mineira, tão comum nas festas espantosas de nascimento real ou comemoração de predicamento municipal, limitava-se à “corrida de argolinha”, como em Portugal. Depois seguiam-se provas de destreza, apanhar objetos no solo na disparada da galopada, quadrilhas

---

<sup>2</sup>Caeiro, ao comentar as Cavalhadas que ocorreram no Terreiro do Paço, em Lisboa, no ano de 1795 por ocasião do Nascimento do Príncipe D. Antônio, demonstra a sua usualidade em certos festejos:

Tal gênero de diversão não era inédito em Portugal, porquanto temos notícia da sua realização em várias ocasiões, por ordem da Coroa. O último torneio que se efetuara em Portugal, na observância estreita das leis de cavalaria, fora em 1627, em ocasião da entrada em Braga do arcebispo D. Rodrigo da Cunha. Assim, a recuperação do uso do torneio, mas sob a designação de Cavalhadas Reais, foi unanimemente aclamada pela Corte. (CAIEIRO, 1992, p. 533).

equestres, com mudanças, chaças e volteios, jogos de bolas. Quando o touro surgia era para ser “picado” à castelhana (CASCUDO, s.d., p. 78).

O escritor modernista e folclorista Mário de Andrade contesta esta versão dada por Câmara Cascudo, com o seguinte argumento:

Também me parece um pouco estreita a definição das cavalhadas da parte central do Brasil (...), bem como a sua ligação com as corridas de touros. Desde muito cedo, tanto na península ibérica como no Brasil, as cavalhadas aceitaram uma parte dramatizada, referente às lutas de cristãos e mouros. As cavalhadas que até agora ainda se realizam em Franca (São Paulo) são um exemplo vivo dessa dramatização ibérica, dos brinquedos e coreografias equestres europeus. E também não me parece que haja uma ligação essencial entre as cavalhadas e as corridas de touros. Se por acaso, em algumas festividades mais luxuosas, elas se ligaram (ligação que reconheço de tradição ibérica), não foi por nenhum princípio fatal conceptivo, mas apenas por uma certa e longínqua similaridade que permita, juntando-as, encompridar a festa. Enfim, as mesmas necessidades festivas que fizeram os reisados brasileiros terminarem frequentísimamente pelo bumba-meu-boi, que os encompridava. (ANDRADE, 2012, p. 404-405).

Em outro trabalho, o referido autor especula acerca da “origem dos brinquedos das cavalhadas na Península Ibérica”, consignando que:

...a palavra “cavalhada” no sentido de torneios equestres, é lusitana. Em castelhano “caballada” quer dizer apenas tropa de cavalos. Em português, sem lhe ser possível determinar a época, a palavra "cavalhada" como torneio equestre, é por certo muito antiga, pois já na "Eufrosina" vem usada no sentido translato de empresa cavalheiresca arriscada... (ANDRADE, 1938, p. 06).

Aceita-se, neste artigo, a discordância de Mário de Andrade em relação àquela sugestão de Câmara Cascudo de relacionamento entre as corridas de touros e as Cavalhadas, bem como a sua compreensão de que estas se inserem em um ciclo festivo para encompridá-lo que, no caso pirenopolino, diz respeito à sua situação de “festa dentro da festa” (DEL PRIORE, 1994) do Divino Espírito Santo, juntamente com folias, congos, congados, reinado, pastorinhas etc. Mais ainda, as Cavalhadas seriam uma “tradição inventada”<sup>3</sup> na realidade pirenopolina pelo Padre Manuel Amâncio da Luz para a Festa do Divino de 1826, em sua oitava ocorrência oficial<sup>4</sup>. Este padre,

---

<sup>3</sup>Tradição inventada, como define Hobsbawm (1984, p. 09), refere-se ao “conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.”

<sup>4</sup>Emprega-se aqui o termo “ocorrência oficial” a partir da ideia predominante entre os moradores da cidade e do trabalho de Jarbas Jayme, intitulado Esboço Histórico de Pirenópolis, de que a Festa do

além de introduzir as Cavalhadas na Festa do Divino, mandou fazer a coroa e o cetro, duas das principais insígnias da Festa, incorporando ainda a distribuição de alfenins e “pãezinhos do Divino” (JAYME, 1971, vol. 2, p. 611).

Acerca daquela primeira Cavalhada promovida por Manuel Amâncio da Luz não encontramos nada documentado, assim, não sabemos se dela já faziam parte a representação burlesca (corrida de mascarados) e dramática (cristãos e mouros). Tampouco podemos afirmar se eram integrados como participantes dramáticos lanceiros, onça, padre e músicos. É interessante, ainda, notar que este padre foi novamente Imperador do Divino na festa de 1831, sem promover, naquele ciclo festivo, as Cavalhadas. Aventa-se, contudo, que a tônica daquela primeira Cavalhada estivesse na dimensão dramática (uma tradição trazida de alhures com a intenção de melhor evangelizar, segundo o disse-me-disse pirenopolino) que teria se inserido também em outra representação, denominada de “Batalhão de Carlos Magno”.

O “Batalhão” foi representado pela primeira vez em 1836, na festa promovida pelo tenente-coronel Francisco Lopes Guimarães, que faleceu às suas vésperas. Acerca deste soturno Império, encontramos a seguinte notícia:

[...] Pressentindo a proximidade de seu fim, [o Imperador Francisco Lopes] recomendou que não se suspendessem as diversões profanas já programadas.

Suas últimas vontades foram satisfeitas, mas com a casa de sua residência coberta de fumo. Crendice.

[...]

Com o falecimento do Imperador, o cidadão meiapontense Pedro Gonçalves Fagundes se encarregou de apresentar o espetáculo denominado “Batalhão de Carlos Magno”, a infantaria cristã, sendo uma variação da Cavalhada... (MENSAGEIRO, 1976, p. 04).

Não obtivemos maiores informações do feitiço deste drama, nem de sua ocorrência em outros lugares. No Dicionário do Folclore Brasileiro, de Luis da Câmara Cascudo, o Batalhão não é mencionado. Nenhum relato, somente boatos. Costuma-se dizer, por exemplo, que “o Batalhão não vingou por ser sem graça”; ou ainda que era “um tipo de Cavalhada a pé”, consistindo em “evoluções pelo ‘campo de batalha’, com

---

Divino teve início em 1819. Além disso, nos diversos panfletos divulgadores da Festa, tal informação é repassada.

entrecruzamento de lanças, ora com espadas” (MENSAGEIRO, 1976, p. 04); propala-se também que, por ser monótono e cansativo, “o povo de Pirenópolis não gostou”.

No tocante às Cavalhadas dramáticas, para Gonçalves (1998), a ritualização da conversão de infiéis é derivada da Reconquista, fazendo-se nítidos o seu enraizamento em ideais cruzadísticos e a existência de uma semiologia da violência<sup>5</sup>.

De um modo geral, pode-se considerar que a representação das lutas entre cristãos e mouros, o messianismo sebastianista e as nítidas intenções doutrinárias da Coroa, norteiam um entendimento da adoção da tradição dramático-cavaleiresca em terras brasileiras, já que a sua implantação ocorreu em um contexto em que os portugueses lastimavam perdas para um povo “sanguinário”, cuja crença - herética - não poderia se propagar nas novas terras. Em efeito, através das Cavalhadas, colocava-se claramente, ainda que de forma alegórica<sup>6</sup>, “quem eram os inimigos”<sup>7</sup>. Todavia, isso não foi uma “tradição inventada” exclusivamente pela Coroa Portuguesa, pois, como expressa Cantos, na América Espanhola, tal artifício doutrinário também foi largamente utilizado:

Esta diversão, na América, além de ter uma finalidade lúdica, esteve carregada, sobretudo nos primeiros anos, de fortes conotações religiosas e sociais (...). Na América, os cristãos sempre estiveram representados pelos espanhóis ou tidos como tal e, portanto, os triunfadores. Os grupos maometanos, os perdedores, formavam-nos os índios e os negros ou pardos... (CANTOS, 1992, p. 187).<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup>Acerca dos vínculos das Cavalhadas com a Reconquista, Pereira comenta:

A temática de lutas de mouros e cristãos e suas derivações coreográficas têm relação funcional com a realidade no período de reconquista da história da Espanha, cujo povo, durante oito séculos resistiu à dominação muçulmana. Esse povo, em consequência, criou, a seu sabor, uma crônica cheia de fantasia, que extravasou em canções de gesta e romances, plasmada em símbolos que representavam as lutas do cristianismo espanhol contra os mouros – infiéis e hereges (...) Em volta desta simbologia nasceu um complexo de atos públicos e festividades, na Espanha medieval, do qual se derivaria o caráter das diversões em épocas posteriores e em que a Danza de Moros y Cristianos ocuparia papel de máxima importância. (PEREIRA, 1983, p. 117-118).

<sup>6</sup>Neste sentido, as Cavalhadas prestaram-se para fortalecer os discursos “universalista” e “doutrinário” da colonização e atenuar seu caráter “guerreiro”. (leia-se HOORNAERT, 1992, p. 26).

<sup>7</sup>No Período Colonial, outros “inimigos” foram combatidos nas Cavalhadas, tais como espanhóis, holandeses e índios (DEBRET, 1978; GONÇALVES, 1998).

<sup>8</sup>A conotação religiosa e social das Cavalhadas é traduzida do seguinte modo na obra Brasil, Histórias, Costumes e Lendas (s.d., p. 110-111):

Nas nossas Cavalhadas, introduzidas no tempo do Brasil-Colônia, a figura central é Carlos Magno, o rei cristão.

A Cavalhada é um tema religioso. Teatro de rua, de praça pública. A finalidade é transmitir uma lição cristã, o bem vence o mal.

[...]

A representação da disputa entre mouros e cristãos, associada às finalidades lúdicas e conotações religiosas proporciona em Pirenópolis maneiras sensíveis de sociabilidades, aspecto discutido a seguir.

## 2. Coroando sociabilidades

As Cavalhadas de Pirenópolis, conforme visto, perenizam a tradição dramático-ibérica de representação da refrega entre mouros e cristãos, sendo acompanhadas de torneios equestres (tira-cabeças e argolinhas). Desse modo, para ser cavaleiro, há que se dominar a cavalaria e, além disso, espera-se que o participante tenha atributos como gentileza, companheirismo e simpatia. A naturalidade pirenopolina, e/ou a ligação de parentesco, e/ou a fixação de residência no município, e/ou a integração participativa na Festa do Divino complementam as exigências que se impõem aos cavaleiros.

Nas Cavalhadas atuais, os candidatos a cavaleiro são escolhidos por votação na Reunião de Páscoa. Fomos informados que, até 1991, todos os “cavaleiros antigos” votavam. Entretanto, a partir de 1992, por decisão dos próprios cavaleiros, passaram a ter direito ao voto apenas os reis, os embaixadores e o instrutor – situação alterada recentemente, como será exposto nas linhas seguintes, devido à respectiva inexistência do personagem instrutor. Com esta mudança objetivou-se agilizar o processo seletivo e atenuar os conflitos que surgiam. Segundo os cavaleiros, quando alguém é escolhido para correr Cavalhadas não se importa de pertencer ao Castelo Mouro ou Cristão, pois o principal é a festa e a manutenção da tradição de correr Cavalhadas em louvor ao Divino.

---

Na Cavalhada praticada no Brasil existem a parte religiosa e a “brincadeira”, Na “brincadeira” estão os jogos atléticos, em que demonstram a perícia dos cavaleiros.

[...]

A parte religiosa [...], cheia de ostentação, representa uma luta entre cristãos e mouros...

[...]

A parte de jogos exige habilidade. Espetar máscaras com espadas. Arremessar “alcanzias” [...] para as namoradas. E correr argolinhas.

Muitos casamentos surgiram na Paraíba e em outras partes do Brasil com a entrega da argolinha à amada.

Apesar da recorrência centenária e de certa rigidez dramático-ritualística, os ensaios, que eram comandados pelo “Instrutor de Cavalhadas”, constituíam-se como elementos fundantes da festa. O período de ensaios, iniciado 15 dias antes das Cavalhadas, é quando há mais “brincadeiras” (danças, comilanças, divertimentos em geral) e, por isso mesmo, para alguns cavaleiros, essa é a “sua festa”. Assim, os ensaios tornam-se mais rituais de sociabilidade do que propriamente uma encenação experimental, exceto para quem é novato.

Acerca do papel do instrutor, Brandão o definiu como um “especialista”, que atuava na festa por possuir “o conhecimento completo de formas de atuação”; conhecimento este que é simultaneamente “completo e teórico (acredita-se que sabe explicar o que são as Cavalhadas); e específico e prático (sabe cada movimento de cada discurso ou carreira do ritual”. O autor entende, contudo, que o instrutor “não possui controle efetivo sobre o ritual (...). Sua posição é a de um auxiliar absolutamente especializado, que investe conhecimentos em partes da festa” (BRANDÃO, 1978, p. 46).

Mesmo sendo provável, a copresença de um “instrutor” nas primeiras Cavalhadas, este ator reapareceu na festa, segundo alguns depoentes, há cerca de 50 anos. Entrevistas realizadas com antigos participantes de Cavalhadas entre os anos de 1998 e 2000, todos eles atualmente já falecidos, confirmam essa proposta. O Sr. Sebastião Dias Goulão, por exemplo, informou que, na década de 40, os cavaleiros mais antigos ensinavam as carreiras aos mais novos, mas não eram propriamente instrutores. Os antigos cavaleiros, por sua vez, teriam aprendido com outros participantes, que igualmente eram apenas cavaleiros. O Sr. Venceslau Antônio de Oliveira, que correu Cavalhadas pela primeira vez em 1940, ratificou tal informação:

Nós: Quanto tempo vocês ensaiavam, nessa época?

“Seu Lalau”: Ah, nessa primeira Cavalhada, já fazia uns dez anos aí, foi uns 20 dias ou mais de ensaios!

Nós: Mas quem ensaiou vocês?

“Seu Lalau”: Quando eu entrei, tinham 5 cavaleiros velhos, que já tinham corrido. Só! O resto foi tudo rapaz!

Nós: Foram eles que ensaiaram?

“Seu Lalau”: É. Eles que ensinavam (Venceslau Antônio de Oliveira, ex-cavaleiro, entrevista concedida em 27/05/1998).

Sugere-se que a especialidade do instrutor foi criada em meados da década de 70 do século XX, tendo sido o Sr. Ataliba de Sá o primeiro a assumi-la. O Sr. Ataliba,



antes de participar como instrutor, correria Cavalhadas seguindo uma “tradição de família”, segundo as informações de seu sobrinho, o falecido cavaleiro Márcio Estácio de Sá que, à época da entrevista, corria como cavaleiro mouro, tendo chegado a embaixador cristão antes de seu falecimento, ocorrido em julho de 2010:

Essa Cavalhada, ela já vem de berço, já vem de família. O meu bisavô, Júlio de Aquino, já foi rei cristão; o meu avô, Márcio de Sá, já foi rei cristão; o meu tio Ataliba, que era o Coordenador da Cavalhada antes do Joãozico Lopes - do Ataliba que passou ao Joãozico Lopes para ser o Coordenador da Cavalhada -, era rei cristão. Então, já vem de geração, de família para família. Só que eu acho que traí a família - eu passei para o lado do mouro [risos]. Eu era cristão, só que eu traí... (Márcio Estácio de Sá, cavaleiro, 24/05/1998).

Com o falecimento do Sr. Ataliba, o Sr. Joãozico Lopes passou a ser o instrutor, o que se estendeu de 1979 a 1998. Durante a nossa pesquisa, procuramos saber sobre o porquê de seu envolvimento com esse modo de participação, ao que ele nos respondeu: “Bom porque eu corri, e aprendi, então eu... Jogaram eu na Cavalhada aí!” (João Lopes da Silva, instrutor, 23/05/1998). Tentemos entender tais palavras. Primeiramente, destaque-se que, conforme o depoente registra, ele “correu e aprendeu”; ou seja, por ter sido um cavaleiro diligente, a ponto de correr como embaixador, adquiriu aquele conhecimento “completo e teórico, e específico e prático das formas tradicionais de atuação” mencionado linhas acima por Brandão (1978, p. 46). Assim, na falta do Sr. Ataliba, os outros cavaleiros presentes impingiram-lhe a coordenação (“jogaram ele lá”), o que se fazia necessário em virtude das sensíveis mudanças pelas quais passavam as Cavalhadas (nova “padronização” nas vestimentas, intervenção crescente da Goiastur, secularização da festa, alterações no espaço de encenação das Cavalhadas etc.). Em tal contexto, a existência de um “guardião da tradição”, naquele sentido definido por Giddens (1997), fazia-se imprescindível.

Com o afastamento do Sr. Joãozico Lopes, duas alterações ocorreram: a ausência da figura do instrutor durante os ensaios e demais preparativos ligados à encenação das Cavalhadas, função que passou a ser acumulada pelos dois reis; e a supressão de um voto no momento da eleição para a entrada de um novo cavaleiro, o que algumas vezes gerou empates e polêmicas seguidas por alguma falação. Situação que só teve solução em 2004, por ocasião da criação do Instituto Cultural Cavalhadas,

ainda em vigência, cujo estatuto designa o quinto voto ao presidente, cargo ocupado por Pompeu Christovam de Pina até 2014, ano em que foi o imperador e que também faleceu.

Nos três dias de encenação havia a presença de uma coordenação das atividades no campo das Cavalhadas, que ficou décadas a cargo de Pompeu Christovam de Pina, descendente da “família na Festa do Divino Espírito Santo”, mapeada por Brandão para demonstrar o envolvimento e a participação da família Pina em vários momentos da festa (1978, p. 161-162). Pompeu, ao longo dos anos conquistou legitimidade de atuação no comando das Cavalhadas e na presidência da associação, apesar de nunca ter sido um cavaleiro, ao contrário do Joãozico Lopes. Após a morte de Pompeu, no ano 2014, a vaga ficou em aberto, sem definição, alguns sujeitos (folião, locutor, ex-secretário de cultura, narrador de rodeios etc.) tentaram ocupá-la, mas não foram apreciados pelo público. É importante destacar que, no “passado distante”, ou enquanto Joãozico Lopes era instrutor, a atuação desta personagem se estendia dos ensaios aos dias da encenação, ou seja, instruíam e coordenavam as Cavalhadas; após o afastamento de Joãozico Lopes, a função foi dividida entre instrução e coordenação.

Ressalte-se que os ensaios, cuja encenação das lutas é coordenada pelos reis mouro e cristão, são bastante frequentados pela população, por ex-cavaleiros e aspirantes à vaga de cavaleiro, que além de assistirem dão palpites e corrigem os erros.

Para finalizar este tópico, note-se que “as relações de serviço entre as pessoas envolvidas na festa” esquematizadas por Brandão (1978, p. 51) sofreram alterações em função da ascensão das Cavalhadas ao *status* de área de controle, dividindo com o Imperador do Divino, o Padre e a cidade a área de direção da festa. Os cavaleiros, “personagens de ritual”, ocupam atualmente a área de dominância pelo fato da visibilidade dada às Cavalhadas na divulgação do turismo local, chegando ao ponto de a encenação ser o ápice das festividades de Pentecostes.

### **3. Metarmofoses imagéticas**

A tradição cavaleiresca de Pirenópolis manifesta-se de modo bastante sensível na indumentária, principalmente no que diz respeito às cores e ao seu caráter artesanal. Serão abordadas rapidamente as cores para, a seguir, deter-se na confecção e no controle das fantasias.

Nas Cavalhadas de Pirenópolis, os cavaleiros cristãos vestem-se de azul, prata e branco; enquanto os mouros utilizam o vermelho e o dourado. Brandão (1981) argumenta que o ouro e a prata “simbolizam a realeza, a nobreza e a divindade” na dramatização da refrega entre reinos e deuses distintos. Heller apresenta uma interpretação mais detalhada dessas cores, notando que a prata, como cor heráldica, “simboliza humildade, honorabilidade, pureza e inocência; nenhuma virtude guerreira – mais uma razão pela qual o ouro se tornou a cor heráldica predileta” (HELLER, 2013, p. 251). A não coexistência destas duas cores nas vestimentas estabelece, então, valores diferentes às representações de cristãos e mouros, tendo ainda uma razão nomotética, pois a lei heráldica não admite ouro e prata associados em um único brasão, exceto no do papa (HELLER, 2013).

Acerca da cor azul, Brandão alega que esta “é desde os tempos imemoriais a cor dos bons, dos franceses, dos cristãos” (BRANDÃO, 1978, p. 04); para Siqueira (1997), contudo, o azul na vestimenta dos cristãos provém do manto de Nossa Senhora<sup>9</sup>. Paralelamente ao azul, tem-se o branco no Castelo dos Cristãos, cor que complementa a exaltação de valores, como “o bem, a bondade e a fé cristã”, traduzindo os atributos morais de “virgindade, pureza e castidade” (BRANDÃO, 1981, p. 128). Heller observa que “no mundo inteiro, a combinação de azul e branco simboliza valores supremos. Esse é o acorde cromático → da verdade → do bem → do judicioso” (HELLER, 2013, p. 27). Já o Castelo Mouro emprega o vermelho, uma vez que esta é a cor “dos maus, dos demônios, dos turcos, dos ingleses” (BRANDÃO 1978, p. 4). O encarnado e o dourado na fantasia dos mouros são resquícios da tradição lusitana inculcadora de uma copresença moura aziaga em outros tempos, como os trechos das lendas citados a seguir revelam:

Poucas terras haverão em Portugal, onde não se fale de mouros ou mouras habitando grutas, montes e outeiros... No monte da “Orada” (...) existe uma furna com mouros encantados; dantes, quem os queria ver, ia à boca

---

<sup>9</sup>Brandão, entretanto, não associa o azul a uma possível simbologia do cristianismo, pois “em Franca, os cristãos estão de preto” (1981, p. 137). Preferimos concordar com Siqueira (1997), que aventa o vínculo do azul com o ideário cristão nas Cavalhadas de Pirenópolis.

da furna e mostrava um “lenço vermelho”: eles vinham logo ao vermelho (...). Em S. Pedro do Sul diz-se que as moiras estão encantadas nos outeiros, metade cobras e metade gente. Quem deitar leite nas lajes ou mostrar “cousas burmelhas” (vermelhas), como um lenço, uma faixa etc., dizendo: “Toma lá esta prenda, e deixa a que trazes, mas deixa-a desencantada”, a moura deixa um monte de dinheiro; mas se lhe disser: “Deixa-a encantada”, fica um monte de carvão... (VASCONCELLOS, 1986, 122-123).

Os cavaleiros declaram com ufania que, além do acompanhamento musical, as Cavalhadas de Pirenópolis diferenciam-se visivelmente de outras que ocorrem em Goiás pelo esmero nas fantasias e beleza das carreiras. Entende-se que as carreiras são “as mesmas de sempre”, sabe-se que as ricas fantasias resultaram das alterações propostas pelo Sr. Possidônio, que começou a correr Cavalhadas como rei mouro, em 1973, a convite do Imperador José Inácio Gomes da Silva.

O Sr. Possidônio relatou que, naquela época, teve a ideia de “aviventar” as Cavalhadas, pois “elas estavam para acabar”. Desse modo, recorreu “aos livros de história” e apresentou aos cavaleiros a proposta de mudança da indumentária, com o cuidado para que não se modificasse “a essência da Cavalhada (as carreiras, as evoluções, as embaixadas)”. Para ele, o “fardamento de milícia, de polícia” então utilizado não tinha “nada a ver com a tradição, ou com a história universal” (Possidônio Guilherme Rabelo, ex-cavaleiro, 27/05/1998). A sua sugestão de mudança foi acatada pelos demais cavaleiros e posta em prática com subvenção do Governo do Estado, através da Goiastur: “ele [o Governo do Estado] deu tudo o que nós precisávamos: deu espora, arreio, bota, cabeçada, rédea e, inclusive, as roupas e o pagamento das costureiras para confecção” (Possidônio Guilherme Rabelo, ex-cavaleiro, 27/05/1998).

Naquele contexto, as fantasias eram bem diferentes das utilizadas atualmente, mais simples em relação à ornamentação, com capas menores e mais curtas, tanto para o rei (ajoelhado) quanto para o embaixador em pé, que ainda utilizavam chapéus, e não capacetes (Figura 1). Mesmo ajoelhado, nota-se que a capa do rei não arrasta pelo chão do campo das Cavalhadas que era de terra, e não gramado, como hoje.

**Figura 1** – Batismo do rei mouros pelo embaixador cristão, 1973.



**Fonte:** Reprodução do autor, a partir do acervo do Museu das Cavalhadas.

A confecção da indumentária dos cavaleiros e dos mascarados de Pirenópolis realiza-se, em geral, por um retículo de artesãos da própria cidade, incluindo costureiras, desenhistas, bordadeiras, chapeleiros e confeccionadores de máscaras e enfeites em papel (flores), prata, alpaca ou couro. Os inter-relacionamentos entre artesãos-cavaleiros e artesãos-mascarados implicam interações face-a-face, nos quais os/as artesãos/artesãs viabilizam a ostentosa apresentação dos atores. Geralmente, a concepção artística (motivo do bordado, tipo de tecido, cores das máscaras e/ou do material de recobrimento etc.) é feita a contento dos interessados que, para isso, contatam os/as artesãos/artesãs com bastante antecedência. Os cavaleiros, por exemplo, costumam “contratá-los” imediatamente após a “Reunião de Páscoa”, uma vez que os/as artesãos/as mais requisitados/as, gastam, atualmente, em média, um mês para a produção de uma nova, incluindo as vestes do cavaleiro e as indumentárias do cavalo.

**Figuras 2 e 3** – Capas de soldado mouro e de embaixador cristão.



**Fonte:** Acervo do Museu das Cavalhadas.

Nas figuras 2 e 3 têm-se capas da década de 1970, época em que as murças eram peças separadas das capas, então possuidoras de *design* reto. A do embaixador cristão, na cor azul, provavelmente foi a usada naquele batismo de 1973, retratado na Figura 1. Ambas as capas, envoltas em material plástico, visando a sua proteção, compõem o acervo do Museu das Cavalhadas, lugar de memória na cidade, de iniciativa privada, organizado pela falecida Sra. Maria Eunice Pereira e Pina, em sua própria residência.

Uma fantasia, de acordo com Ferreira, “instaura no indivíduo um jogo duplo: 1) entre identidade e alteridade; metamorfoseando a identidade em alteridade e encarnando-a como uma ‘outra’ identidade e 2) entre o real e o imaginário; tornando real a fantasia de ser outro e dando-lhe corpo” (1999, p. 98). Brandão, em seus comentários sobre o uso da fantasia nas Cavalhadas, igualmente ressalta as

“metamorfozes” propiciadas pela fantasia ao externar que “os cavaleiros ‘são’ a fantasia que usam (...). Quem usa chapéu de rei age como rei. O espião mouro é, ao mesmo tempo, onça e espião. Foi mandado como soldado, mas atua como animal” (BRANDÃO, 1981, p. 138).

Ainda que seja importante o “metamorfismo ontológico” firmado na fantasia para a festa, há na cidade a valorização da “aparência”, ou seja, de como se mostram onticamente os cavaleiros como atores da encenação. Neste sentido, valoriza-se o luxo, o esmero, a estética rococó com suas flores, fitas, laços e rebordados dentro da tradição do “vermelho-ouro” e do “azul-prata” (fotos 9, 10, 11 e 12). À primeira vista pode-se pensar que, pelo fato de as Cavalhadas importarem em consideráveis dispêndios, os cavaleiros sejam oriundos da “elite”. Brandão, por exemplo, chegou a professar tal ideia:

... Foi-me indicado, e pude ver, que todos os cavaleiros são fazendeiros, comerciantes da cidade, ou filhos de uns ou de outros. Diz-se em Pirenópolis que qualquer pessoa pode pretender ser um cavaleiro, mas que apenas os mais ricos conseguem isso na prática. Cada cavaleiro, além de precisar possuir um ótimo cavalo, entre arreatas, armas e fantasias, gasta, pelo menos, uma quantia próxima de Cr\$ 2.000,00.

Não deve ser apenas o preço dos gastos o motivo pelo qual o fazendeiro monta a cavalo e se faz cavaleiro medieval por três dias. A participação nas Cavalhadas exige ensaios que ocupam manhãs e tardes de um período que pode chegar a mais de um mês...

(...)

Nas Cavalhadas, os cavaleiros são parte da elite social e representam uma elite histórica... (BRANDÃO, 1981, p. 152-3 e 160, grifos nossos).

Estranha-se, primeiramente, que Brandão tenha tomado o disse-me-disse como “revelador” e não como maneira pela qual se oculta aquilo sobre o que se discorre. Em segundo lugar é surpreendente aquilo que ele “pode ver”, pois Pereira (1983), à mesma época, viu algo bem diferente, conforme as suas palavras traduzem:

- a) a Cavalhada, em Pirenópolis, não faz diferenciação de classe social; 44,66% dos participantes são lavradores;
- b) a segunda profissão exercida pelos cavaleiros é motorista de caminhão (16,66%);
- c) a escolha dos participantes, além de não exigir homogeneidade de classe social, não estabelece grau de cultura ou determinada condição financeira. É um grupo extremamente heterogêneo. (PEREIRA, 1983, p. 164, grifos nossos).

O que se viu na pesquisa assemelha-se àquilo que Pereira viu: há nas Cavalhadas pessoas de diferentes classes sociais, ocupando diferentes cargos e

abrangendo uma faixa de renda variada. Entre os cavaleiros entrevistados havia funcionários públicos de alto e baixo escalão, profissionais liberais, trabalhadores rurais, grandes e pequenos proprietários fundiários, comerciantes etc. Assim sendo, concorda-se com Silva ao afirmar que a participação nas Cavalhadas “impele sacrifícios e economias”. Não são relegados que os custos na confecção e reforma da fantasia, bem como na aquisição e manutenção da tropa, tornam a festa um evento seletivo. Mas, conforme ressalta a própria Silva, “não são necessariamente os mais ricos que dela fazem parte” (SILVA, 2000, p. 235), já que, em última instância, pode-se contar com a colaboração dos companheiros de Cavalhadas com doação ou empréstimo de materiais e de animais.

Em diálogo com Adail Cardoso da Silva, que foi anteriormente soldado e embaixador, ocupando hoje o posto de rei cristão, buscou-se atualizar as informações, considerando que não houve Cavalhadas nos anos de 2020 e 2021 em função da pandemia de Covid-19. Este reafirmou a heterogeneidade socioeconômica entre os 24 cavaleiros e lembrou que os auxílios institucionais, do grupo de cavaleiros, ou familiar, possibilitam a copresença diversificada dos cavaleiros em cena. Sobre o custo médio das vestimentas, o mencionado cavaleiro relatou que se gasta cerca 10 mil reais para vestir cavaleiro e cavalo, sendo as fantasias dos reis e depois a dos embaixadores as mais caras, por serem mais ornamentadas que as dos soldados. Foram por eles destacados os valores dispendidos com os capacetes e as “peiteiras” (armaduras que cobrem o peito e as costas), produzidas em metal (Adail Cardoso da Silva, rei cristão, 06/11/2021). Salienta, igualmente, que as fantasias são reutilizadas por um período de cinco a seis anos, passando por reformas que incluem rebordados, substituição de fitas e boás (plumagem de penas de pavão). Os reis, que ficam em maior evidência, produzem novas fantasias com mais frequência, chegando mesmo a uma nova a cada ano.

A produção constante de fantasias propicia a dinâmica da manutenção do saber fazer, mantendo viva e ativa a criatividade dos/das artesãos/artesãs, suprimindo os museus locais com doações das vestimentas dispensadas e, ainda, possibilitando o reaproveitamento de materiais da antiga para a nova fantasia, que deve chamar mais atenção do que a anterior - o que tem levado a excessos nem sempre bem aceitos pela comunidade local, que no “disse-me-disse” aprovam ou reprovam o vestir do cavaleiro.



São poucas as regras voltadas para as vestes dos cavaleiros e dos cavalos por eles utilizados. Basicamente as cores, como exposto anteriormente, sem uma definição de tonalidades, são o azul, sempre voltado para o mais escuro e com desenhos que remetem aos símbolos do cristianismo: cruz, ostensório, hóstia, cálice e pomba. Nas vestimentas mouras há incontáveis tons de vermelho e nas capas são bordados elementos diversos, como Lua, Sol, dados, cartas de baralho, animais, espada etc. Uma capa passou a ter, em média, um metro e meio de comprimento e ser godê, consumindo de 40 a 50 mil lantejoulas, costuradas uma a uma.

Em estudo sobre os cavaleiros, Spinelli (2009) aborda sobre as fantasias: “até o início da década de 1970, enquanto os cristãos portavam sóbrias roupas militares [...], os mouros ostentavam vários enfeites. Os chapéus deles eram mais vistosos e, a cor da roupa, cintilante frente ao ‘brim azul escuro’ das indumentárias cristãs” (p. 95). Naquele contexto, os mouros tinham por tecido principal o cetim, que vem sendo substituído, desde então, principalmente, pelo veludo. As capas eram retas e curtas, o que possibilitava a visualização da rabeira, atualmente são longas, em formato godê e chegando aos pés dos cavaleiros, deixando escondido tal ornamento disposto na anca do cavalo.

**Figura 4** – Fantasias recentes de cavaleiros.



**Fonte:** João Guilherme Curado (2011).

Na coreografia equestre que compõe parte da encenação das Cavalhadas é possível perceber, no momento de um dos diálogos entre os reis (Figura 4), as suas fantasias compostas essencialmente pelos seguintes elementos: botas, calças, camisas e capas. Substituíram-se, comparativamente às antigas fantasias, como mencionado, os chapéus por elmos, e acrescentaram-se armaduras de metais no peito/costas e braceletes nos antebraços. Para a encenação continuam portando espadas, garruchas, lanças, lenços e, no segundo dia, flores para a elaboração dos buquês, com os quais fazem homenagens a pessoas do público assistente.

As fantasias dos cavalos também passaram por repaginações ao longo das décadas, sendo inseridas caneleiras e máscaras de metal (prata e dourado). O peitoral pode ser em metal (cristão) ou em tecido bordado (mouro). Outro elemento “novo” é a retranca, que cobre a anca do animal e cobre parte da rabeira, que mesmo “escondida” continua presente. A cachaceira, ornamento amarrado junto à crina do cavalo, está cada vez mais ornamentada, assim como a “cabeça de arreio” e o estribo. As flores de papel, que precisam ser substituídas a cada dia, vêm perdendo espaço para as de tecido junto ao peitoral que prende os guizos, também presentes na “cachaceira”. Outro fato interessante é a introdução de elementos pretos, tanto nas vestimentas mouras quanto nas cristãs.

**Figura 5** – Campo de Cavalhadas, 1999.



**Fonte:** Carlos Eduardo S. Maia (1999).

O Campo das Cavalhadas (Figura 5), espaço da representação dos cavaleiros mouros e cristãos, assim como estes, também passou e passa por modificações ao “ser vestido para a festa”, pois no cotidiano sua utilização é voltada para jogos de futebol; aliás, o espaço pertence a uma associação esportiva, por isso algumas ações foram realizadas como gramar, iluminar e cercar com alambrado, além da instalação de portões estratégicos pensados a partir das necessidades futebolísticas e, também, das Cavalhadas.

A preparação envolve “montar” os camarotes, feitos com estrutura de madeira e coberto com palhas verdes ou secas, ou ainda folhagens de jasmim. Na frente, uma profusão de cores por conta dos tecidos de chita que cada família utiliza para proteger e, ao mesmo tempo, ornar o camarote que utiliza. Na parte inferior do alambrado tornou-se recorrente a fixação de faixas políticas durante a realização das Cavalhadas, o que dificulta a divulgação de imagens do evento e gera muita contrariedade nos pirenopolinos - prática que tem chegado aos camarotes, muitas vezes mesmo sem autorização dos que os ocupam.

Ressalte-se que, nos anos iniciais do século XXI, iniciaram as obras da Arena Multiuso no antigo campo das Cavalhadas, obra que ficou conhecida por “Cavalhódromo”, quando “o governo estadual e a prefeitura municipal criaram um espaço com o intuito de oferecer mais conforto e comportar um público maior nas encenações” (SOARES; TUMA; MAIA, 2018, p. 28). A proposta alterou significativamente não só o “palco”, mas a paisagem das Cavalhadas como um todo, pelo excesso de concreto aparente, quando os camarotes oficiais da banda, do imperador e da prefeitura, assim como o da imprensa foram construídos em definitivo e em altura que impede a comunicação dos cavaleiros com as pessoas que ali ficam durante a encenação. A organização dos camarotes foi revista, não partindo mais dos camarotes oficiais, uma vez que os reis receberam camarotes nas torres erguidas para simbolizar os castelos, local em que ficam perfilados para início das encenações, carreiras e jogos.

O ano de 2006 foi emblemático em relação ao espaço. Como o campo das Cavalhadas estava em um canteiro de obras, seria impossível realizar ali os três dias de apresentações, então de maneira improvisada houve a transferência das

Cavalcadas para a Beira Rio, o que causou muitos transtornos, em especial no que se referia à acessibilidade e à diminuição do espaço de acomodação das pessoas e dos camarotes, que foram reduzidos. No ano seguinte voltou-se ao antigo espaço, que já passou a ser denominado de “Cavalcódromo” pela comunidade local, ignorando o nome oficial “Arena Multiuso” disposto em grande *outdoor* na entrada do espaço.

**Figura 6** – Cavalcadas de 2019.



**Fonte:** Aline Santana Lôbo (2019).

A imagem da última encenação das Cavalcadas (2019) possibilita ver ao fundo o contraste entre os camarotes oficiais, em concreto, e alguns outros camarotes menores, ainda cobertos com palhas e ornados com tecidos coloridos (Figura 6). A ampliação da arquibancada, destinada aos que não possuem camarotes. Vê-se ainda o gradil, em primeiro plano, que substituiu o alambrado.

As obras do Cavalcódromo ainda não foram finalizadas e parecem ainda longe da conclusão, pois, já são quase duas décadas, tempo que acumulou questões políticas e estruturais. O governo que o projetou não terminou as intervenções; os que assumiram após as obras iniciadas, não as finalizaram, o que se agravou em razão dos vários problemas na estrutura do projeto, tais como: a restrição da circulação do público e dos mascarados, as acomodações para a banda, a inadequação dos camarins

para os partícipes da abertura, até mesmo o espaço de atuação dos cavaleiros, que foi dificultado pelo distanciamento com o público, para citar alguns desses problemas. A obra, que mesmo inacabada sedia a encenação das Cavalhadas, foi diversas vezes interdita pelo Corpo de Bombeiros por não apresentar segurança para o público, gerando conflitos e transtornos entre a organização da festa e as autoridades. Enfim, o projeto não deu conta da dimensão e das especificidades da festa.

### Considerações finais

Passados 20 anos desde que a pesquisa para a tese foi concluída, as atualizações realizadas para este artigo apontaram que, como esperado, a tradição da festa continua confrontada com a possibilidade de ruptura, o que a revivifica e fortalece a identidade pirenopolina. Especificamente em relação àquela primeira pesquisa, os complementos feitos pelos dois coautores neste texto demonstram que as principais modificações ocorridas no tocante às fantasias dizem respeito à adequação da Arena Multiuso como “Cavalcódromo” (existente como projeto naquela época e inaugurado em 2006), que incorpora na “sua fantasia” elementos cênicos provenientes de antanho, como madeira, palha e tecidos sobre a estrutura de concreto, metamorfoseando e adornando tal componente de *début de siècle* com referências avoengas constitutivas, do modo de ser das Cavalhadas pirenopolinas.

### Referências bibliográficas

ANDRADE, Mário de. Resumo da comunicação oral da reunião de 26 de janeiro de 1938. In: *Boletim da Sociedade de Etnografia e Folclore*. Nº 5, ano 1, São Paulo, fev. 1938.

\_\_\_\_\_. Vaqueiros e Cantadores. In: MORAES, Marcos Antônio de (Org.). *Câmara Cascudo e Mário de Andrade: 1924-1944*. São Paulo: Global, 2012. pp. 404-407.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Cavalhadas de Pirenópolis*. 2ª ed., Goiânia: Oriente, 1981.

\_\_\_\_\_. *O Divino, o Santo e a Senhora*. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978.

BRASIL. *Histórias costumes e lendas*. São Paulo: Ed. Três, s.d., vol. 2.

CAIEIRO, Maria Margarida C. N. M. *As cavalhadas reais de 1795 no Terreiro do Paço*. CONGRESSO INTERNACIONAL A FESTA, 8., 1992. Anais... Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII, Lisboa, 1992, Gráfica Editorial Império, pp. 533-8.

CANTOS, López Ángel. *Juegos, Fiestas y Diversiones en la América Española*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1979.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Vaqueiros e Cantadores*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. (Trad. Sérgio Milliet). Belo Horizonte: Itatiaia, 1978. Vol. II.

DEL PRIORE, Mary. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FERREIRA, Felipe. *O Marquês e o Jegue: estudo da fantasia para as escolas de samba*. Rio de Janeiro: Altos da Glória, 1999.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas Híbridas*. (Trad. Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa). 2ª ed., São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. (Trad. Magda Lopes). São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997. pp. 73-134.

GONÇALVES, José Artur Teixeira. *Cavalhadas: das lutas e torneios medievais às festas no Brasil Colonial*. Assis, UNESP, 1998, p. 119. Dissertação (Mestrado em História).

HELLER, Eva. *Psicologia das cores*. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

HOBSBAWM, Eric. *Introdução: a invenção das tradições*. In: HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence (Orgs.). *A Invenção das tradições*. (Trad. de Celina Cardim Cavalcante). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. pp. 9-23.

HOORNAERT, Eduardo. A. *Evangelização do Brasil Durante a Primeira Época Colonial*. In: HOORNAERT, Eduardo, AZZI, Riolando, GRIJP, Klaus van der, et al. *História da Igreja no Brasil (primeira época)*. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1992. Tomo II/1, pp. 21-154.

JAYME, Jarbas. *Esboço Histórico de Pirenópolis*. São Paulo: Cultrix, 1971. Vols. 1 e 2, p. 624.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. *Enlaces Geográficos de um Mundo Festivo*. Pirenópolis: a tradição cavaleiresca e sua rede organizacional. Tese (Doutorado em Geografia). PPGG/UFRJ. Rio de Janeiro, 2002.

MENSAGEIRO. Prefeitura Municipal de Pirenópolis, Pirenópolis, jun. 1976 (edição especial).

PEREIRA, Niomar de Souza. *Cavalhadas no Brasil: de cortejo a cavalo a lutas de cristãos e mouros*. São Paulo: Escola de Folclore, 1983.

SILVA, Mônica Martins da. *A Festa do Divino: romanização, patrimônio & tradição em Pirenópolis (1890-1988)*. Goiânia, UFG/Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, 2000, p. 259. Dissertação (Mestrado em História).

SIQUEIRA, Vera Lopes de. *Tradições Pirenes*. Goiânia: Kelps, 1997.

SOARES, Maria Elizabeth Alves Mesquita; TUMA, Raquel Lage; MAIA, Carlos Eduardo Santos. *Das ruas para os espaços fechados: reflexões sobre festas*. In: ALMEIDA, Maria Geralda (Org.). *Territórios de tradições e de festas*. Curitiba: Ed. UFPR, 2018. pp. 13-35.

SPINELLI, Céline. *Cavaleiros de Pirenópolis: etnografia de um rito equestre*. Rio de Janeiro: PPG em Sociologia e Antropologia/UFRJ, 2009 (Mestrado em Sociologia).

VASCONCELLOS, J. Leite de. *Tradições Populares de Portugal*. 2ª ed., Vila da Maia: Maiadouro, 1986.

#### COMO REFERENCIAR

MAIA, Carlos Eduardo Santos; LÔBO, Tereza Caroline; CURADO, João Guilherme da T. Cerúleos e encarnados cavalgam lado a lado: Ficta veritas est!. *Latitude*, Maceió, v. 15, n.2, p. 94-116, 2021. DOI: <https://doi.org/10.28998/lt.2021.n.2.13138>